

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT03.022

# **REVISTA "EDUCAÇÃO NOVA":** DEBATES EDUCACIONAIS EM IMPRESSOS PEDAGÓGICOS NO CEARÁ DA DÉCADA DE 1930

Bianca Nascimento de Freitas<sup>1</sup>
Manuelle Araújo da Silva<sup>2</sup>
Mirelle Araújo Da Silva<sup>3</sup>
Sebastião Soares De Sousa Júnior<sup>4</sup>

#### **RESUMO**

No final do século XIX e início do século XX, ao passo em que os discursos sobre a educação no Brasil ganhavam corpo, crescia também a necessidade de veículos especializados que pudessem ampliar tal debate. Assim, a fundação e a publicação de revistas que discutiam questões referentes ao ensino e à educação, se tornaram gradativamente mais frequentes. É nesse contexto que intelectuais cearenses priorizaram a criação de um veículo de informações que servisse como instrumento de divulgação de seus debates e como espaço para construir a sociedade que ansiavam, por intermédio da educação. Desse modo, surge, em 1932, a Revista Educação Nova, descrita por Filgueiras Lima, como um órgão de publicidade especializado em assuntos educacionais, cuja razão de existência era, como expôs o próprio Filgueiras

<sup>4</sup> Professor efetivo da rede estadual de ensino do Ceará (SEDUC – CE); Mestre em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em Letras – Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). sebastiao.junior1@prof.ce.gov.br



























Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza; Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará e doutoranda por essa mesma instituição. <u>biancanascf@gmail.com</u>

<sup>2</sup> Professora adjunta da Facedi/UECE; Doutora em Educação (UFPB); Mestra em História (UFC); Graduada em História (UFC) e Pedagogia (UECE). Vice-coordenadora do Laboratório Universitário de Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais – Lutemos. manuelle.araujo@uece.br

<sup>3</sup> Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). mirelle.silva@ifce.edu.br



Lima, um aparelho de promoção dos ideais sobre a educação e sua circulação no meio cearense. Embora o seu surgimento se deva muito à iniciativa de professores e à colaboração de intelectuais independentes, a revista mencionada era publicada como Revista Pedagógica sob os auspícios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Ceará. Essa pesquisa, portanto, objetiva investigar as nuances do universo educacional que se buscava construir no Ceará naquele momento, a partir da análise criteriosa da Revista Educação Nova. Em relação aos elementos metodológicos desta pesquisa, que se caracteriza por uma abordagem qualitativa, do tipo documental, ressalta-se a relevância da imprensa educacional como fonte histórica, que possibilita a percepção da análise das iniciativas locais, dos debates regionais e das necessidades mais cotidianas de professores e instituições de ensino. Como resultados iniciais, destacamos que, a partir das problemáticas selecionadas e levantadas pelo periódico, é possível compreender diferentes faces e perspectivas pedagógicas construídas por professores intelectuais cearenses no período.

Palavras-chaves: Revista Pedagógica, Educação Nova, Filgueiras Lima.

























## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa busca investigar as particularidades do universo educacional que se objetivava construir no Ceará no início do século XX, a partir da análise da Revista Educação Nova, publicada pela Diretoria Geral da Instrução Pública cearense. Para tanto, se faz necessário analisar um pouco de como publicações semelhantes circulavam em outras regiões do país.

No século XIX, ao passo que os discursos sobre a educação no país ganhavam corpo, crescia também a necessidade de veículos especializados que pudessem ampliar tal debate. Assim, a publicação de revistas que discutiam questões referentes ao ensino e à educação existentes, foi ficando cada vez mais comum. Publicadas tanto nas capitais como no interior do Brasil, as revistas geralmente estavam associadas às Diretorias da Instrução Pública de cada estado, como a *Revista Escolar* (São Paulo, 1925-1927), ou a alguma entidade ou associação particular de professores e intelectuais, como a *Revista da Sociedade* de Educação (SP,1923-1924).

Em outros estados, alguns impressos desse mesmo gênero tiveram seus primeiros exemplares publicados na década de 1920 com a explosão das reformas educacionais no Brasil, tendo nas décadas posteriores (anos 30, 40 e 50) sido editados periódicos com a mesma intencionalidade. Como exemplos dessa última situação, temos as já citadas revistas paulistas e gaúchas e, ainda, a *Revista do Ensino do Amazonas* que teve alguns poucos exemplares veiculados em 1920 e, posteriormente, nos anos 30, sendo editada nova revista sob os auspícios da Sociedade Amazonense de Professores com o título de *Revista de Educação*. Nesses casos, não se tratavam exatamente das mesmas revistas, mas de periódicos com a mesma finalidade, publicados em momentos distintos da história dessas localidades. Todavia, algumas publicações sofreram diversas interrupções ao longo de sua história, tendo, entretanto, continuado a cada retorno sob o mesmo título. É o caso da *Revista do Ensino de Minas Gerais*.

Dentro desse breve conjunto de revistas apresentadas, vale a pena destacarmos a *Revista do Ensino do Estado do Amazonas*, que trazia além de seu conteúdo pedagógico, poemas e versos que tratavam de especificidades daquele estado, como no primeiro volume onde encontramos o poema intitu-























lado A Seringueira<sup>5</sup> e no segundo volume que traz um extenso texto sobre o regime das águas do rio amazonas, fruto de uma conferência pedagógica realizada em um grupo escolar de Manaus.

Apesar das particularidades de cada revista apresentada, o que se justifica especialmente pelas diferentes localidades das quais são oriundas (São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Amazonas, Paraíba, etc.), todas têm também pontos em comum. São em sua grande maioria destinadas aos professores e abordam questões relativas às técnicas pedagógicas e à carreira do professorado no Brasil. Em muitos casos, os artigos são tão parecidos que é possível confundir os periódicos, sobretudo, nos textos referentes a temas como higiene e profilaxia, disciplina escolar, Círculos de Pais e Professores e a missão do professor. Em certo sentido, essa coincidência de temas e abordagens explicita uma atmosfera, um espírito dos dias, capaz de exibir, ainda que forma embaçada, a face do tempo. Em outras palavras, aquele conjunto de dizeres nos permite vislumbrar o que era considerado importante tratar quando nos referíamos à educação.

#### **METODOLOGIA**

Michel de Certeau nos ensina que "em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira". Desse modo, o documento é antes de tudo "criado" pelo historiador, que tirando-o de sua posição original, modifica ao mesmo tempo o "seu lugar e o seu estatuto" (CERTEAU, 2008).

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, do tipo documental, pois possui como objeto central de análise um documento histórico, a revista Educação Nova. Como foi possível compreender até aqui, é no clima da publicação de vários impressos pelo Brasil que intelectuais cearenses colocaram como prioridade a criação de um veículo de informações que servisse como instrumento de divulgação de seus debates e como espaço para construir a sociedade que ansiavam, por intermédio da educação. Desse modo, surge em 1932 a *Revista* 





















A Seringueira: Vêde-a esbelta e graciosa, emergindo/ de entre as selvas do nosso Amazonas: /N'outros climas não vinga, outras zonas/ Não a teem deste aspecto almo e lindo./ Filha amada de nossa floresta,/ Todo o latez que as veias lhe agita/- qual uma onda impoluta e bemdita,/ Ella o dá, a fluir, como em festa./ Esse leite que lhe cae do flanco/ Que transborda e lhe rompe do seio,/ Num constante e suavismo veio,/ E' a nossa borracha- o ouro branco!.../ Adoremos, pois, a arvore do ouro,/ Que, na matta, se vê sobranceira;/ E, de joelhos, saudemos, em côro,/ Nossa altiva e vivaz seringueira. *In*: **Revista do Ensino do Estado do Amazonas**. Ano 1. Numero 1. Pg. 5.



Educação Nova, descrita por Filqueiras Lima como "um órgão de publicidade especializado em assuntos educacionais", cuja razão de existência era, como expôs o próprio Filqueiras Lima, um aparelho de promoção dos ideais sobre a educação e sua circulação no meio cearense.

No entanto, dizer apenas isso a respeito do propósito da Revista Educação Nova seria minimizar todo o ambiente que se agitava em torno de sua criação. É preciso lembrar que, assim como João Pergunta<sup>6</sup>, a Revista era também um veículo do próprio Estado. Embora seu surgimento deva muito à iniciativa de professores e à colaboração de intelectuais independentes, não se deve esquecer que o veículo era publicado como "Revista Pedagógica sob os auspícios da Diretoria Geral da Instrução pública do Ceará". Tal denominação rendia uma série de notícias sobre as medidas educacionais e projetos da Diretoria de Ensino, o que não deixava de funcionar como uma propaganda do próprio governo.

Do ponto de vista metodológico, Educação Nova nos permite adentrar de maneira mais prática no universo educacional que se buscava construir no Ceará naquele momento. Para além dos relatos presidenciais, podemos perceber, a partir das problemáticas selecionadas e levantadas pelo periódico, as diferentes nuances do campo educacional. A imprensa educacional possibilita a percepcão da análise das iniciativas locais, dos debates regionais e das necessidades mais cotidianas de professores e instituições de ensino. Além do que:

> (...) acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as litas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p.117)

No que se refere à sua estrutura administrativa, Educação Nova circulou nos anos de 1932 e 1933, inicialmente com publicação bimestral em um total de sete volumes. Editada pela tipografia progresso, a mesma da primeira edição de João Pergunta, Educação Nova tinha um preço razoável: valor da assinatura anual, 20\$000; mensal 10\$000; número avulso, 2\$000; e número atrasado, 3\$000. Publicada sob os auspícios da Diretoria Geral da Instrução Pública, a revista tinha

























Livro publicado em 1923 por Newton Craveiro e com a colaboraação da Diregoria Geral da Instrução e de Lourenço Filho, que buscava uma educação adaptada a vida do homem nordestino a partir das metodologias ativas e do estudo do meio.



como diretor Joaquim Moreira da Rocha, que ocupava então o cargo de diretor da Instrução Pública, e como redator chefe, Antônio Filgueiras Lima.

Do ponto de vista organizacional, *Educação Nova* possuía uma estrutura bastante semelhante à de outras revistas pedagógicas publicadas pelo país, o que insinua que os idealizadores do periódico cearense eram também assíduos leitores de outros impressos. Em notícia publicada em 17 de julho de 1925 pelo jornal *O Nordeste* é anunciado, o lançamento da *Revista de Ensino de Minas Gerais*, iniciativa da Diretoria da Instrução Pública daquele Estado. Segundo o jornal *O Nordeste*, São Paulo e Rio de Janeiro já possuíam diversas publicações de cunho pedagógico, seja de inciativa particular ou pública, tendo a prática se estendido a Minas Gerais. A revista de ensino mineira era, segundo o autor da notícia, uma publicação de mais de 30 páginas contendo o que "há de mais interessante em matéria de pedagogia, educação, questões de ensino em geral".7

A nota sobre o periódico mineiro vinha carregada de lamentações do autor anônimo a respeito da criação de um periódico semelhante no Ceará, que pudesse, além de fomentar o debate entre os educadores locais, reascender-lhes o ânimo, provavelmente fazendo menção à agitação do início da década de 1920, período em que os cearenses contaram com a presença de Lourenço Filho:

Muito se faz mister, em nosso meio, uma revista dessa ordem, para renovar, ao problema da educação da infância, o alento que, infelizmente, já lhe vae faltando. E essa iniciativa, só o governo a poderia tomar (...).8

O autor da notícia deixa claro a responsabilidade que o governo teria em relação à criação de um periódico direcionado para a área da educação, já que a revista mineira era resultado do estatuto de criação da própria Diretoria da Instrução Pública, o que não aparecia na lei n° 1.953, de 2 de agosto de 1922, que dispunha sobre a criação da Diretoria da Instrução Pública no Ceará. É digno























É importante salientar que os Estados aqui citados como portadores de importantes revistas pedagógicas estavam entre os primeiros também na inserção dos princípios da pedagogia moderna. Em entrevista concedida em janeiro de 1932 ao jornal Correio do Ceará, Joaquim Moreira de Sousa, afirma que na região sul do Brasil, a escola nova achava-se bastante difundida, especialmente por meio de intelectuais como Fernando de Azevedo, Frota Pessoa e Lourenço Filho. Moreira de Sousa ressaltava ainda que Minas Gerais era incontestavelmente o líder da Escola Nova no Brasil.

<sup>8</sup> **O Nordeste**, 17/07/1925.



de nota, no entanto, que outros impressos escolares como a Revista Escolar do Instituto de Humanidades do professor Joaquim Nogueira já circulavam no Ceará desde a primeira década do século XX<sup>9</sup>, porém de iniciativa particular.

Ainda no que se refere à nota publicada sobre a criação da revista mineira e da necessidade de criação de um periódico para o Ceará, podemos ressaltar o notório interesse que o jornalista atribuiu aos professores locais quanto a sua publicação. O autor chega a afirmar a urgência do material pedagógico "ainda que parte do custeio da publicação viesse a pesar sobre os próprios professores, por certo interessados em aprimorar a sua formação para a árdua tarefa a seu cargo". A ideia era alimentar o conhecimento do magistério cearense para que a pedagogia moderna não enfraquecesse entre eles. Alguns anos depois, quando da publicação do primeiro volume da *Educação Nova*, Filgueiras Lima reafirma a carência das professoras cearenses de um veículo para orientá-las em suas pesquisas e aplicações didáticas e pedagógicas.

A preocupação em "reascender" o ânimo do professorado é justificada pelo que Filgueiras Lima chamou de estado de "estagnação e apatia" decorrentes do período de reconstrução política brasileira, pós-revolução de 1930¹º. Para Filgueiras Lima, estava se formando no meio cearense uma forte cultura pedagógica quando o país foi abalado pela onda revolucionária, fato que fazia























<sup>9</sup> Em sua tese intitulada Joaquim Nogueira: práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX, Ana Glória Lopes da Silva chama atenção para os diversos jornais escolares em circulação no Ceará. Segundo a autora, os jornais escolares eram mais comuns no início do século e geralmente estavam ligados a grêmios de escolas particulares que divulgavam para além dos muros escolares os feitos de seus alunos e notícias relativas a cultura escolar e didatizada. Outra forma de divulgação dos temas escolares era o espaço em jornais de maior circulação para a criação de colunas educativas, com a publicação de conteúdos didatizados a fim de motivar a alfabetização da população.

Refiro-me aqui ao período de interventorias pós-1930 que objetivava uma centralização política para conter quaisquer movimentos revolucionários pelo país. Os interventores eram nomeados pelo governo federal e possuíam autoridade para reorganizar a máquina político-administrativa dos Estados. Quando a revista *Educação Nova* foi criada o interventor do Ceará era o capitão Roberto Carneiro de Mendonça a quem, inclusive, há uma homenagem no primeiro volume do periódico. Além disso, há também uma espécie de síntese ao final do volume, ressaltando todos os feitos do "chefe revolucionário do governo cearense" na área da educação, com destaque para a nomeação de inspetores regionais da educação. Selecionados por meio de concurso público realizado para intensificar a fiscalização da instrução "fora de favores pessoais e políticos", a seleção dos inspetores rendeu, inclusive, uma matéria a parte na revista, em que era ressaltada a inciativa do governo cearense em promover a educação, mesmo diante da seca que o Estado enfrentava em 1932. Ver: SOUSA, Simone de. Da "Revolução de 30" ao Estado Novo. *In*: **Uma nova história do Ceará**. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2007.



até aquele momento se debater na mais profunda inércia a educação cearense. Daí se fazer editar com urgência a *Revista Educação Nova*, pela qual há tanto tempo esperava o professorado cearense, pela gravidade das condições em que se encontrava o cenário educacional no Estado e para levantar da "penumbra em que modorram" as professoras cearenses.

Percebe-se assim a importância central dos idealizadores da revista Educação Nova para que o projeto em questão, desde a Reforma de 1922, fosse colocado em prática. Desse modo, a fim de uma maior compreensão sobre o espírito da Educação Nova, cabe aqui analisarmos algumas informações pertinentes acerca desses dois intelectuais, pensando de que modo suas influências agiram como fator importante na construção de uma identidade para a revista Educação Nova.

Joaquim Moreira de Sousa foi diretor da Instrução Pública entre 1933 e 1936, intelectual renomado no meio educacional cearense, envolveu-se em algumas contendas com figuras de destaque como João Hypolyto de Azevedo e Edith Braga.<sup>11</sup>

Considerado por autores como Joaquim Alves o continuador da Reforma de 1922, Moreira de Sousa se tornou o historiador oficial do movimento reformista de Lourenço Filho no Ceará, e um dos grandes responsáveis por legitimar e engrandecer a figura do educador paulista. Joaquim Moreira de Sousa foi também defensor entusiasmado do ensino rural no Ceará como caminho mais palpável para modernizar e adequar a escola primária à realidade do estado (ARAÚJO, 2007).

Quanto a Filgueiras Lima, que ocupava o posto de editor chefe do periódico estudado, é notável a sua experiência no campo educacional. O intelectual cursou parte de seus estudos no Colégio Cearense dos Irmãos Maristas, onde participou da publicação de um jornal intitulado *Os Novos*, período em que tam-





















<sup>11 (</sup>CAVALCANTE, 2000, p. 79) nos fala principalmente da "concorrência declarada" existente entre Joaquim Moreira de Sousa e João Hypollyto de Azevedo, diretor da Escola Normal, fato expresso principalmente pelo quase desaparecimento da figura de Hypollyto de Azevedo do processo de reforma educacional inciado em 1922. Moreira de Sousa descreve o período anterior a chegada de Lourenço Filho como se não houvesse nenhum grande feito ou iniciativa para uma melhoria do ensino no Ceará, desconsiderando o trabalho de Hipollyto de Azevedo a frente da Escola Normal. Maria Juraci destaca ainda a ferrenha disputa entre Moreira Sousa e a professora Edith Braga pela cadeira de Psicologia na Escola Normal em 1933. O concurso teria se tornado um verdadeiro espetáculo para os que acompanhavam o processo, tendo vencido o processo seletivo, Edith Braga da Costa no que o jornal O Nordeste chamou "O maior concurso do Ceará". Ver: O Nordeste, 1933.p. 1.



bém escreveu para a revista *Verdes Mares*, ligada aos Irmãos Maristas. Filgueiras Lima ingressou ainda na Faculdade de Direito do Ceará, onde tornou-se bacharel em 1933, apesar de nunca ter exercido a função, já que durante toda a sua vida esteve envolvido em atividades ligadas à educação. Foi inspetor regional do ensino, diretor da Instrução Pública, Inspetor do Ensino Normal, professor e diretor do Instituto de Educação do Ceará, vice-presidente do Centro Brasileiro de Ensino Normal e Secretário de Educação e Saúde do Ceará. Além dessa vasta experiência, Filgueiras Lima também fundou em parceria com Paulo Sarasate o Colégio Lourenço Filho, em 1938. Filgueiras Lima teve uma vida inteira dedicada à educação, assumiu o cargo de inspetor de ensino aos 18 anos e permaneceu atuando nesse campo até os 65 anos de idade, quando faleceu.

Tanto Moreira de Sousa quanto Filgueiras Lima possuíam, além dos cargos de diretoria, espaço para escrever artigos na revista em questão. Em cada um dos sete volumes analisados, o editor chefe escreveu uma média de três artigos por revista, enquanto seu diretor contribuiu com pelo menos um. Havia, portanto, uma quantidade razoável de textos dos dois intelectuais compondo o periódico cearense. Os artigos de Moreira de Sousa e Filgueiras Lima geralmente estavam mais associados à temática da estrutura educacional do Ceará e da adaptação das modernas técnicas pedagógicas à realidade cearense, como veremos mais adiante em momento oportuno.

Educação Nova era constituída basicamente por pequenos artigos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, bem como por transcrição de discursos de personalidades importantes da educação ou sínteses de ações da política educacional cearense. A revista apresentava forte influência das discussões realizadas por intelectuais que atuavam no eixo Rio-São Paulo, contudo, também é notória a busca de seus colaboradores em ressaltar que, embora fosse de grande valia os estudos de teóricos não oriundos da região Nordeste ou do Ceará, fazia-se necessário a adaptação dessas ideias.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse momento do trabalho, busca-se compreender quais as relações estabelecidas entre as ideias que circulavam em termos de Brasil naquele cenário e as movimentações que resultaram na criação do periódico cearense. Nossa ideia se justifica no entendimento de que não há particularmente uma história do Ceará, mas sim uma história do Brasil vista e pensada a partir do Ceará.























Iremos ainda estabelecer uma discussão sobre a revista como periódico do Estado e meio de promoção do poder público, pensando em que medida o veículo informativo promovia as políticas estatais voltadas para a educação e como, concomitantemente, servia de espaço de reivindicação do professorado cearense.

O primeiro número de *Educação Nova*, publicado em julho de 1932 anunciava em sua nota de abertura intitulada "Renovar" a necessidade da criação de um veículo que pudesse servir de suporte para o aperfeiçoamento técnico do professorado cearense. O periódico surgia como suporte que motivaria a constante busca de aperfeiçoamento do professorado, já que eram veiculadas tanto notícias e decretos da instrução pública cearense, quanto artigos de teóricos consagrados da educação, a fim de manter atualizado os leitores do periódico, por isso sua publicação a cada dois meses.

Isso porque, na opinião de Filgueiras Lima, ainda com todo o esforço dos professores e, por melhor organizadas que estivessem as escolas normais, a não formação contínua dos mestres estancaria todos os progressos conquistados na área educacional até então. Sendo assim, o maior foco da revista *Educação Nova* incidia sobre os professores. Para Filgueiras Lima, o periódico, em virtude dos incontáveis benefícios que traria para a sociedade cearense, contaria com o auxílio dos poderes púbicos, que deveriam ser os principais interessados na melhoria das estatísticas educacionais cearenses.

A revista *Educação Nova* atuaria pelo menos em dois momentos distintos a fim de alcançar os objetivos de seus idealizadores: primeiro seria o que Filgueiras chamou de "propaganda e movimento". Nessa fase seria realizado um levantamento das movimentações educacionais no Ceará por intermédio do acompanhamento da criação de escolas, da realização de eventos e da criação de projetos no meio escolar. Já no segundo intervalo, os esforços dos idealizadores da revista *Educação Nova* se direcionariam para a "instalação de sociedades colaboradoras da obra e aperfeiçoamento educacional". Em outras palavras, era necessário em um primeiro momento movimentar o meio educacional cearense com as ideais inovadoras da pedagogia moderna, suscitando entre os educadores e interessados nos debates educacionais o desejo pelo conhecimento para posteriormente se criar entidades capazes de solidificar o processo de desenvolvimento da escola cearense.

Somente através da conscientização e da divulgação de uma nova maneira de se pensar a realidade da educação brasileira, o que inclui a mudança de uma























mentalidade bastante calcada na pedagogia tradicional, poderia ser alcançado o segundo passo, isto é, criar aparelhos, associações, a exemplo dos círculos de pais e mestres citados em outros momentos desse trabalho, que pudessem, na prática, demonstrar os princípios da pedagogia moderna. Primeiro, deveria se preparar um ambiente propício, para somente depois colher os frutos do trabalho e do esforço. Esse era, na visão de Filgueiras Lima e seus companheiros de jornada, o melhor meio de, ainda que caminhando a passos lentos, não parar a marcha pela educação no Ceará.

O desejo de criar uma revista voltada para as questões do ensino, eram na verdade muito mais antigos do que a iniciativa em si. No editorial do primeiro volume de *Educação Nova*, é informado ao leitor que desde 1929 os membros da Sociedade de Estudos pedagógicos, organização criada em junho de 1930 por Joaquim Moreira de Sousa, sob a presidência de Francisco de Menezes Pimentel<sup>12</sup>, já ansiavam pela criação de uma revista pedagógica, a fim de "propagar os preceitos da educação nova e estimular a cultura do professorado cearense".<sup>13</sup>

É importante salientar que apesar de assegurar a liberdade de pensamento de seus colaboradores, Educação Nova era colocada antes de tudo como veículo que deveria proporcionar aos seus leitores o conhecimento necessário de "acordo com as necessidades e possibilidades regionais"<sup>14</sup>. Essa questão deveria ser enfatizada, uma vez que havia dentro dos debates diversos teóricos que ora convergiam para um mesmo modo de pensar e ora se afastavam em relação ao que era considerado "pedagogia moderna". Um bom exemplo é a discussão na revista a respeito da coeducação, princípio defendido, inclusive no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, visto como questão importante a ser discutida em virtude das "controvérsias suscitadas".<sup>15</sup>

É importante ressaltar ainda, que essa ampliação do poder da influência da escola não era entendida como necessária para todos. No artigo intitulado *O* caráter social da educação nova, Juarez Brasil afirma ser necessário criar uma elite























<sup>12</sup> Professor da Faculdade de Direito do Ceará, na qual também atuou como diretor, Menezes Pimentel foi deputado estadual, tendo sido o primeiro governador do Ceará após a instalação do Governo provisório em 1930. Nasceu em 12 de setembro de 1887 em Santa Quitéria, interior do Ceará e faleceu em 19 de maio de 1973, no Rio de janeiro.

<sup>13</sup> Educação Nova, v.1, p.2.

<sup>14</sup> Ibidem.p.4

<sup>15</sup> Educação Nova, v.3, p.49.



"sabiamente cuidada para formar o bem estar comum, a felicidade e a cultura nacionais"16. Tratava-se de um desenvolvimento conduzido por uma pequena parcela da população, já que a escola como espaço civilizador e de desenvolvimento da cultura nacional era destinado a poucos, restando à grande maioria ler, escrever e calcular:

> É ideal que se forme uma esfera homogênea de influencia social em torno da nacional para o encaminhamento mais rápido e feliz dos nossos destinos (...) Da reunião de mentalidades dotadas de requisitos hauridos dos princípios recomendados pela escola nova, retira a nação primorosos elementos para se colocar em situação sobranceira e impor-se em logar de destaque na hegemonia dos povos no que concerne não só ao progresso educacional, mas também ao moral, econômico e político.<sup>17</sup>

A partir do reconhecimento da realidade do Ceará era que se poderia buscar esse progresso, e, segundo a revista Educação Nova, era de grande relevância o esforco do próprio povo cearense. A concepção de que havia no Ceará uma vida sofrida e castigada era posta no periódico como uma condição que, ao mesmo tempo em que maltratava, também gerava resistência e força. Essas duas dimensões fariam crescer os valores necessários para se alcancar o progresso, pois: "as virtudes varonis da raca devem ser cultivadas com carinho, dando-se saúde ao homem e, sobretudo, consciência sanitária, para saber viver forte, robusto, alegre e intimorato."18

Enquanto instituição de amplo impacto social, à escola cabia a formação de indivíduos sadios, como já citado em momentos anteriores desse trabalho, e no caso do Ceará, essa questão se fazia ainda mais indispensável, porque era o braço humano que levantaria as condições necessárias para "endireitar" a natureza<sup>19</sup>. Entenda-se aqui que "endireitar" não estava no sentido de resistir às forças naturais e, portanto, transformá-las como se houvesse um entendimento nato da supremacia humana sobre o meio natural, mas como uma forma de criar condições para que, diante da força da natureza, fosse possível criar alternativas humanas para se conviver com a hostilidade do meio. Como exemplo dessa

<sup>19</sup> *Ibidem.* p.1.

























<sup>16</sup> Educação Nova, v.1, p.73.

<sup>17</sup> *Ibidem.* p.73-74.

Educação Nova, vol. 4, p.3.



questão temos as inúmeras referências à construção de açudes em livros, revistas e jornais do período estudado.

Portanto, a causa era nobre: criar indivíduos fortes, capazes de, além de serem bons cidadãos para a pátria, consertar os defeitos naturais do Ceará. Não sem razão, o editorial do quarto volume da *Educação Nova* aparecia com frases como: "no sistema geral da educação nacional, esta unidade da Federação precisa de uma escola nova brasileira para o Ceará". Essa escola nova, a quem tanto os educadores brasileiros depositavam a sua fé, deveria, mais do que nunca na visão dos cearenses, ser uma escola, de fato, brasileira. Isto é, capaz de compreender e sanar os problemas brasileiros. A partir da compreensão da realidade brasileira como ampla e diversa, se admitia também a singularidade do Ceará e do papel da escola nesse processo de transformação da natureza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tem-se discutido muito sobre de quem é a responsabilidade pela educação das crianças, se é da escola ou família. Esse debate que, divide opiniões, não é uma problemática oriunda dos anos atuais, pois envolve questões relevantes já discutidas no início do século XX, como a formação para a vida, a solidificação de valores e o preparo para o mundo do trabalho. O mesmo vale para a discussão da responsabilidade do Estado dentro desse processo educacional, pois, mais do que uma atribuição do professor, a educação se trata de um projeto maior que vai além da escola. Vale ressaltar que, diferentemente do que aparecia nos discursos da década de 1920, não se atribuía mais com tanto peso essa mudança na forma de se pensar e praticar a educação como responsabilidade quase que exclusivamente do professor, mas atribuía-se em grande medida essa responsabilidade ao Estado. Afinal, o Brasil encontrava-se em um momento em que a bandeira da educação pública era levantada, colocando o direito à educação como uma responsabilidade prioritária do Estado:

(...) reclamamos dos responsáveis na distribuição dos tributos do povo o maior quinhão para o desenvolvimento de nosso aparelho educacional(...) As nossas escolar normais devem ser por si eloquentes lições de sabedoria, de higiene, de conforto e de nacionalismo, onde tudo respire um ideal de aformoseamento do corpo, do espirito e do coração.

Para esses mestres, afim de que guardem e desenvolvam na mente o sentido da nobreza de sua alta missão, reclamamos um

+educação























estipendio que corresponda a grandeza de seu trabalho, cheio de renuncias, de amór e de civismo; um salario que dignifique o labor exercitado todo para bem da humanidade.

Nessa ordem de realizações, pomos depois a construção de prédios escolares, amplos, claros, arejados(...).

Ao Conselho de Educação do Estado, composto de elementos cultos do nosso meio pedagógico, cabe a tarefa desse delineamento inicial.<sup>20</sup>

Mais do que a boa vontade dos mestres era necessário que o Estado assumisse a responsabilidade pelo progresso que reclamava. Em diversos momentos, é possível encontrar nos artigos publicados em *Educação Nova* essa preocupação em relação ao cumprimento das obrigações do poder público, sobretudo em relação aos professores, principais leitores da Revista. Reconhecia-se assim, que, além de mestres bem formados e afinados com os princípios da pedagogia moderna como se escutava falar desde os primórdios do século XX, era preciso também que lhes fossem dadas as devidas condições para isso.<sup>21</sup> As revistas que se dedicavam à causa educacional como a *Educação Nova* apareciam como um espaço de reinvindicações da categoria do magistério.

Em artigo publicado no sexto volume da revista Educação Nova, intitulado As condições econômicas do professorado cearense, Filgueiras Lima discute a situação urgente dos salários do professorado no Ceará. Para o educador, a baixa remuneração do magistério colocava-se como grande entrave à proposta renovadora defendida pelo periódico e pelos apreciadores do movimento educacional. De acordo com Filgueiras Lima, a remuneração dos professores do Norte do Brasil de um modo geral era avara e no Ceará, mais especificamente, a situação era deprimente.

O objetivo era chamar a atenção para o seguinte fato: por mais desejoso que fosse o magistério cearense por melhorias na educação, de nada adiantaria se não houvesse condições materiais para promover tal desenvolvimento. Havia uma série de recursos necessários para a montagem de um bom aparelhamento escolar, adaptado, inclusive, às reais demandas cearenses, que sem o





















<sup>20</sup> **Educação Nova**, v. 4, p.4-5.

<sup>21</sup> O próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova também em 1932 ressaltava o papel do Estado como promotor do direito a educação: "Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais."



capital empregado pelo poder público jamais seriam alcançados. Nas palavras do próprio Filqueiras Lima:

> Idealismo só, sem base material capaz de assegurar-lhe continuidade e vida, é palavra ôca e de sentido perdido.

> Uma professora mal remunerada é sempre uma má professora. Não há ensinamento e orientação moderna que dêem geito.<sup>22</sup>

A prosperidade da educação cearense dependia também em grande medida da formação continuada do magistério, para a qual seria necessária a aquisição de materiais específicos como livros e revistas especializadas em assuntos pedagógicos, ou a participação em cursos diversos. Contudo, como exigir tais recursos com tão baixo salário? Para Filqueiras Lima, a precariedade do sistema educacional cearense era a derrubada de qualquer espírito de entusiasmo:

> O que recebe uma professora basta-lhe para conservar a vida. Apenas o suficiente para a satisfação modesta e tacanha de necessidades materiais. Para ir morrendo mais devagar. Nada mais. Daí se crear esse espírito de pessimismo e desalento, existente no magistério que obscuramente labuta e sua pelos sertões sêcos do Ceará, em escolas paupérrimas, carecidas de material didático. Por maior que seja sua bôa vontade, termina fracassada, desesperançada de qualquer esforço, afundando-se, atropelando-se desesperadamente na mazorrice da rotina.<sup>23</sup>

O trecho destacado acima enfatiza uma questão importante a ser colocada: por mais que se trate de um veículo da Diretoria Geral da Instrução Pública Cearense e, portanto, um veículo oficial, seus colaboradores o utilizavam, como já dito anteriormente, como um espaço de reivindicações. É preciso salientar, porém, que a fala de Filqueiras Lima conflita toda uma série de escritos presentes em outros artigos, em que se elogiam as modernas estruturas da educação cearense e os esforcos das resignadas professoras. O texto de Filqueiras Lima soa mais como um desabafo mediante os esforços dos idealizadores da Educação Nova frente o descaso do poder público em relação ao sistema educacional.

A situação ainda era mais grave em decorrência da seca, pois se as condições de trabalho das professoras eram escassas na capital, no interior do estado eram ainda mais precárias. Vale lembrar que, desde o primeiro volume da revista,

<sup>23</sup> Educação Nova, v. 6, p.7.



























<sup>22</sup> **Educação Nova**, v. 6, p.15.



Filgueiras Lima mencionava, ainda que sob aparente otimismo, as condições financeiras do Estado e os esforços para a publicação do referido periódico. Não por acaso o sexto volume da revista seria o penúltimo a circular no Ceará e, embora não se possa afirmar com exatidão o motivo para o fim da revista, é bem possível que ele possa estar atribuído em grande parte por questões financeiras. Havia, portanto, no artigo de Filgueiras Lima, muito da indignação do professorado cearense e dos próprios colaboradores da revista.

Afinal de contas, além de leitores os colaboradores da revista eram também professores atuantes na capital cearense. Dentre os mais renomados podemos citar a paraibana Edith Braga, professora de Pedagogia, Psicologia e Didática na Escola Normal entre 1923 e 1933, ano em que concorreu, inclusive, com o Diretor da instrução Publica, Joaquim Moreira de Sousa, para a cadeira efetiva de Pedagogia, tendo obtido vitória. O concurso de 1933 foi sem dúvida um dos mais concorridos naquele período, rendendo manchetes diárias no Jornal *O Nordeste*, em virtude da acirrada disputa entre Edith Braga e Moreira de Sousa.

Isso demonstra que, durante a década de 1930, a educação ganhava, de fato, cada vez mais espaço no meio cearense, assim como a figura do professor enquanto intelectual, difundida principalmente pela imagem de educadores consagrados como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Loureço Filho. Daí as várias Conferências Nacionais da Educação realizadas pelo Brasil, as diversas revistas do ensino que pipocavam pelos estados a fora, além das medidas de caráter oficial como a criação do Ministério da Saúde e Educação em 1930.

Ainda que a obra educacional proposta desde os primeiros momentos da revista *Educação Nova* não estivesse vigorando na velocidade e na proficuidade desejada pelos intelectuais do periódico, conforme é perceptível em alguns artigos analisados, podemos dizer que, até onde perdurou a circulação da revista, seus colaboradores fizeram grande esforço para animar e movimentar o cenário educacional cearense. O vigor em divulgar as principais ações da Diretoria da Instrução Pública, assim como os projetos realizados pelas escolas cearenses, os planos de aula desenvolvidos pelas professoras e os artigos reivindicando melhores condições de trabalho dos docentes, bem como um maior investimento dos poderes públicos no campo educacional, fizeram da *Educação Nova* uma revista à altura de suas promessas. Não se sabe ao certo os motivos pelos quais a revista *Educação Nova* deixou de circular, ainda que acreditemos ser em grande parte em virtude das dificuldades financeiras apresentadas pela Diretoria da Instrução para mantê-la mesmo com todos os percalços sentidos pelo Ceará no início























da década de 1930. Tudo isso repercutia ainda no púbico a quem se destinava a revista, neste caso, especialmente o professorado, de quem Filqueiras Lima denunciava a má remuneração.

Pode-se dizer que Educação Nova foi, ao lado de outros suportes, um instrumento importante na divulgação da escola que se desejava para o Ceará e que pudesse contemplar suas particularidades a fim de promover o seu progresso, notadamente no que se refere às obras no campo. É claro que se pensava em um investimento em todas as escolas do referido estado, contudo, a atenção maior incidia, sem dúvida, sobre as escolas do interior. A preocupação maior dos intelectuais ligados às questões do ensino e mesmo ao Poder Público, era a de como manter em funcionamento a escola mesmo nos longos e desastrosos períodos de seca, que interrompiam quase que anualmente quaisquer projetos que viessem a ser aplicados. Como proporcionar uma mudança na mentalidade do povo sertanejo e fazê-lo compreender que era necessário que suas crianças recebessem o mínimo de formação para fazer crescer o Nordeste brasileiro?

Em momento algum, dentro dos sete volumes analisados da Educação Nova, se encontra a proposição de grandes e vultuosos projetos para a educação no Ceará, pelo contrário, é sempre mencionada a redução de custos e estimulado o esforço máximo dos mestres, ainda que haja também a reivindicação de um maior investimento do Estado. Trabalhava-se sempre com a ideia de redução de gastos, reforçando a ideia de que era preciso primeiramente se modificar a postura do professor e o modo de inserção da criança no processo de ensino-aprendizagem:

Não temos o direito de ser ambiciosos, nem de cultivar aspirações que excedam exorbitantemente nossas possibilidades actuaes.

> Se adoptarmos um programa geral mínimo que contenha estes três objetivos precisos:

- hygiene e assistência;
- fixação da pernosalidade;
- preparação profissional, embora elementar;

Já teremos traçado as diretrizes para uma acção de resultados proveitosos.<sup>24</sup>

























<sup>24</sup> **Educação Nova**, 1932, v.4, p.50



A escola era entendida como elemento relevante no programa de interiorização educacional, em que seria realizada a obra de integração das terras mais segregadas dos aparatos mínimos para o desenvolvimento da civilização moderna, quase como uma "cirurgia de urgência"<sup>25</sup>. Não sem muito trabalho, a concretização de um espaço formador de docentes especializados para tal prerrogativa se faria em 1934, com a criação da primeira escola normal rural, localizada em Juazeiro do Norte, no Ceará. É possível afirmar que, a Escola Normal Rural era o resultado não apenas de uma política dos anos 1930, mas de toda uma discussão iniciada ainda nos primeiros anos da década de 1920 que carregava com mais concretude a proposta de uma educação diferenciada para o Ceará.

Em 1932, Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde Pública, solicitou a cada estado da federação a reunião de uma comissão que pudesse, a partir do estudo das demandas de cada Estado, contribuir com informações para a elaboração de um Plano Nacional da Educação<sup>26</sup>. A partir daí se concretizou a ideia de criação de uma escola voltada para a educação no campo, expressão maior do ruralismo educacional naquele momento. Joaquim Moreira de Sousa foi, segundo Araújo (2007) o grande idealizador do projeto. Havia em Moreira de Sousa, como podemos ver por meio de sua atuação enquanto diretor da Instrução Pública e importante colaborador da revista *Educação Nova*, ao lado de Filgueiras Lima, grande desejo de inovar a escola cearense, projeto muitas vezes retardado pela falta de desinteresse e por vezes de confiança do setor educacional no Ceará:

Ah! A estrada aberta da rotina, pisada, é uma estrada real, onde só há talvez a incomodar a poeira dos anos, a sagrada poeira dos tempos, que tão bem assenta nas peças dos museus, a contar histórias... Nem todo mundo tem coragem de abrir caminhos novos.<sup>27</sup>

As palavras desanimadoras de Moreira de Sousa ainda dariam lugar a um discurso motivador frente à concretização do sonho da escola rural no Ceará.























<sup>25</sup> Ibidem. p.51

<sup>26</sup> Segundo nota publicada em março de 1935 no jornal *O Correio do Ceará*, para manter uma unidade nos relatórios feitos pelas comissões dos diversos Estados brasileiros, foi elaborado um formulário unificado que desse conta tanto das questões nacionais como das realidades regionais de cada um dos estados.

<sup>27</sup> Correio do Ceará. 11/01/1932.p.1.



Fruto de um longo processo, como já foi dito anteriormente, a Escola Normal Rural e as modificações que se sucederiam na escola cearense dos anos 1930, eram uma resposta às questões colocadas anteriormente por intelectuais como Ildefonso Albano e seu *Mané Chique-Chique*<sup>28</sup> e, especialmente, por Newton Craveiro e seu *João Pergunta*, que marcaria as questões educacionais nas primeiras décadas do século XX, no Ceará. Em todo caso, fossem nos jornais, nas revistas, ou nos livros didáticos, a busca por uma escola real, pensada para o Nordeste, estava ligada a uma indagação maior feita até hoje por aqueles que se debruçam sobre as questões da educação e que pode ser bem traduzida nas palavras de Moreira de Souza na mesma entrevista cedida ao *Correio do Ceará*, em 1932: "temos que andar decididamente para a frente(...) Do passado, o que nos serve é a experiência. Se tudo mudou na sociedade, como há de ficar a escola?" Excelente pergunta. Desafiadoras suas possíveis respostas.

### **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **Reforma da instrução pública do Ceará de 1922:** as diretrizes da política educacional do Governo de Justiniano de Serpa". 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**: educadoras na terra da luz: o ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. 234 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz**: formação das professoras nas Escolas Normais Rurais do Ceará - 1930 a 1960. 2007. 235 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 19/01/2007.























<sup>28</sup> Idelfonso Albano (Fortaleza, 1885 - Rio de Janeiro, 1957) em 1919, ano em que mais uma grande seca assolaria o sertão do Ceará, apresentaria ao personagm Jeca Tatu de Monteiro Lobato, o seu irmão, Mané Chique- Chique. Em desacordo com a obra e as ideias de Lobato, Albano incorporava o posto de defensor do Ceará, agora protegendo a honra do homem do sertão, forte e resiliente, que fazia da seca que assolava a terra em que vivia, a sua força.



BASTOS, Maria Helena Camara. **As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor**: a Revista do Ensino do Rio Grande de Sul (1951- 1992). In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p.47-75

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 201-309.

\_\_\_\_\_\_. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_\_. **A escola e a república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989. (Coleção Tudo é história).

CAVALCANTE, Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá**: o espírito da reforma educacional de 1922. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel: Bertrand, 1985.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 125-126.



+educação

























\_\_\_\_\_. **O Grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENICI Barbara Catani. **A imprensa educacional**: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Educação filosófica, 10 (20) 115-130, jul./dez.1996.

DOCUMENTOS: **história e educação**. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. 203 p.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIRÃO, RAIMUNDO. O Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

GOMES, Ângela de. **História e historiadores**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. *In*: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp/FAPESP, 1997. p .93-114.

NOGUEIRA, Raimundo Frota. A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

OLIVEIRA, Amir Leal de. Uma pátria chamada Ceará: história, civismo e republicanismo. *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho & QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. (Org.). **História da educação**: república, escola e religião. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SILVA, Ana Glória Lopes da. **Joaquim Nogueira:** práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. "A geração". *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 131-137.



























. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV, 2002.

SOUSA, Simone de. Da "Revolução de 30" ao Estado Novo. In: Uma nova história do Ceará. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2007.

TRINDADE, Nívia Lima. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO &

SCHWARTZ. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 109.

VIEIRA, Sofia Lerche. História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.



















